

Lindomar Cruz/ABr



Audiência discute operação tapa-buracos

Página 4

Próximo a Valparaíso (GO), trabalhadores recuperam trecho da BR-040, que liga Brasília a Belo Horizonte

Hoje, no último dia do período extraordinário, presidente do Senado faz balanço das atividades

Convocação cumpre objetivos, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou o trabalho realizado pelo Congresso durante a convocação extraordinária. Hoje, na última sessão desse período, Renan deverá fazer um balanço das atividades. Por conta do fim da convocação, a sessão de ontem foi deliberativa e o

Senado aprovou o acordo entre Brasil e França para construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa ao estado do Amapá. O Congresso deverá promulgar hoje a emenda constitucional que reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias. **Página 3**

Um dia para homenagear os aposentados

Reforma da Previdência, reajustes salariais e Estatuto do Idoso viram tema de debate

Roosevelt Pinheiro



Sônia Lyra canta o Hino Nacional no Plenário lotado por senadores e aposentados

Por requerimento de Paulo Paim, o Senado realizou ontem sessão em homenagem aos aposentados e pensionistas. A reunião foi aberta com a execução do Hino Nacional pelo tecladista Paulo Hahon e pela cantora Sônia de Menezes Lyra. Paim, Ramez Tebet, Alvaro Dias, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Efraim Morais e Mão Santa defenderam os direitos dos idosos. **Página 8**

CCJ discute nova loteria e regras eleitorais

A criação da Timemania, loteria destinada a ajudar os times de futebol a quitar dívidas com o governo federal, é uma das propostas na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que se reúne hoje, a partir

das 9h30.

Os integrantes da comissão podem analisar ainda projeto de lei, sugerido pelo Tribunal Superior Eleitoral, que prevê o julgamento das contas dos candidatos eleitos antes da diplomação. Outra proposta na pauta da

CCJ altera a Lei das Inelegibilidades para torná-la mais rigorosa.

O projeto do senador Rodolpho Tourinho que institui o marco regulatório para o setor de gás natural também pode ser analisado pela comissão. **Página 5**



Em palestra no Rio, Renan Calheiros disse que é preciso reduzir os juros e os impostos

Liberação de verbas para estados gera polêmica no Plenário

Suposto favorecimento do Executivo a governadores aliados – contestado por Tião Viana – recebe críticas de Antonio Carlos Magalhães. **Página 7**

Comentários de Ildo Sauer, diretor da estatal, à Lei do Gás, proposta pelo senador, foram considerados "injuriosos"

Senadores rechaçam críticas de diretor da Petrobras a Tourinho

Depois de ler editorial publicado ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, defendendo os termos do projeto do Senado chamado de Lei do Gás, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), autor da proposição, rebateu críticas que recebeu do diretor de gás e energia da Petrobras, Ildo Sauer. Diversos parlamentares, incluindo o presidente da Casa, Renan Calheiros, solidarizaram-se com Tourinho.

– As críticas seriam até aceitáveis se ficassem restritas à parte técnica, mas elas são injuriosas. Alguém que só tem feito mal à Petrobras e ao país tenta me injuriar, embora não consiga fazê-lo. Acho que ele não tem categoria moral para discutir o assunto – rebateu Rodolpho Tourinho.

O projeto do senador pela Bahia (PLS 226/05), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tem Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como relator, substituiu as autorizações dadas pela Petrobras para utilização dos gasodutos por concessões reguladas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo o editorial de *O Estado de S. Paulo*, a medida “elimina, portanto, a base jurídica que assegura à Petrobras o poder de fato de monopólio”.

Primeiro a apartear, César Borges (PFL-BA) disse que o gover-



Importância da atuação de Tourinho no Senado foi elogiada em Plenário

no não pode utilizar “um diretor de segundo escalão da Petrobras” para se pronunciar a respeito de projeto tão importante. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), classificou de “desairosas” as críticas de Sauer. Também o senador José Sarney (PMDB-AP) expressou sua solidariedade a Tourinho.

Segundo Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o próprio líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), repetidas vezes tem destacado a importância da atuação de Tourinho no Senado. Na mesma linha, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), lembrou que o governo costuma pedir a Rodolpho Tourinho para relatar projetos polêmicos. O senador pelo PFL da Bahia também recebeu apoio de Romeu Tuma (PFL-SP), Flávio Arns (PT-PR), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Último dia da convocação extraordinária

O Plenário promove hoje, às 14h, a última sessão da convocação extraordinária. Amanhã será realizada a cerimônia de abertura do ano legislativo. Às 12h30 de hoje, o Congresso Nacional se reúne para

promulgar duas proposta de emenda constitucional: a PEC que derrubou a verticalização e a que diminuiu o recesso parlamentar para 55 dias, sem pagamento adicional no caso de convocação extraordinária.

Projeto que incentiva doações a fundos em favor de crianças na pauta da CAE

Com reunião marcada para as 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto

que facilita a dedução, no Imposto de Renda, de doações aos fundos em favor da criança e do adoles-

cente (PLC 51/04). Às 10h, a CAE participa de reunião conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura.

Operação tapa-buracos em discussão

A operação tapa-buracos do governo federal é tema da reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infra-Estrutura (CI), marcada para as 10h. Foram convidados o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento,

e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa Lima. O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou diversas irregularidades nas contratações de empresas que executaram as obras.



Convidados falam à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção

Às 10h, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, deve ouvir sugestões do presidente da Comissão

de Valores Mobiliários (CVM). Às 12h, fala ao colegiado como convidado João Marcelo Máximo, diretor da Superintendência de Seguros

Privados (Susep), do Ministério da Fazenda, e às 14h, o procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe Rêgo Brandão.



Ministro da Educação debate o projeto do Fundeb

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) deve ouvir o ministro da Educação, Fernando Haddad. Ele comparece ao Senado para falar sobre o projeto do Fundo de Manutenção

e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que tramita no Senado, depois de ser aprovado na Câmara.

Fundos de pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, ouve Benito Siciliano, do fundo de pensão Real Grandeza; David Jesus e Marcos César, da corretora de valores Quality; e Carlos Guerra, da corretora Santos Asset Managment. A sub-relatoria reúne-se a partir das 10h.

Orçamento analisa relatório geral

Às 10h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa o relatório geral da proposta orçamentária de 2006. Também hoje, a CPI dos Bingos se reúne para ouvir Olavo Salles da Silveira, presidente da Associação Brasileira de Bingos, e Rui Manuel Mendes Francisco, empresário do setor.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Mão Santa, Romeu Tuma, Papaléo Paes, Paulo Paim, Alvaro Dias e Gilvam Borges

Abaixo-assinado pede o fim do nepotismo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, e presidentes de seccionais estaduais da entidade, que entregaram um abaixo-assinado com cinco mil assinaturas pedindo a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 334/96, em tramitação na Câmara dos Deputados, que acaba com o nepotismo nos três Poderes. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também participou da audiência.

Renan e ACM se pronunciaram favoravelmente à criação de uma proibição constitucional de contratar parentes na administração pública.



Ana Júlia destaca programas educacionais e ambientais

Ana Júlia comemora investimentos

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou, em pronunciamento realizado ontem em Plenário, a aplicação de recursos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para promover a inclusão de minorias nas universidades brasileiras e para a preservação da floresta amazônica.

Ela citou como exemplos o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), que visa à formação de professores indígenas para o ensino fundamental e médio, e o Pronaf-Florestal, que tem o objetivo de combater o desmatamento na região amazônica.

Presidente do Senado quer a aprovação rápida do Orçamento deste ano e lembra que Congresso cumpre seus objetivos ao reduzir o recesso e acabar com o pagamento em dobro na convocação

Renan elogia trabalho realizado durante a convocação extraordinária

Em entrevista coletiva à imprensa, ontem, no Rio de Janeiro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou o trabalho realizado pelo Congresso durante a convocação extraordinária e disse que todos os objetivos predefinidos estão sendo cumpridos, inclusive com o exame do Orçamento Geral da União de 2006.

– Afinal, o país que não tem orçamento não pode sequer sinalizar para os mercados. Nós precisamos ter rapidamente o Orçamento de 2006

aprovado. Claro que a convocação desgastou [a imagem do Congresso], mas foi menos do que se tivéssemos o recesso. E nós aproveitamos a oportunidade para diminuir o recesso e acabar com essa excrescência do pagamento em dobro – afirmou.

Candidatura

Renan assegurou que o PMDB não está discutindo a possibilidade de indicar o vice-presidente nas chapas do PT ou do PSDB nas eleições para a Presidência da República.

– O cenário que o PMDB administra é o da candidatura própria, com a realização de prévias – frisou.

Lembrando as prévias marcadas para 19 de março, destinadas à escolha do candidato do partido à Presidência da República, Renan assinalou que o PMDB tem dois pré-candidatos – Germano Rigotto e Anthony Garotinho –, mas outros nomes poderão surgir, como o do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

Leis importantes serão votadas pelo Senado apesar das eleições deste ano

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, no Rio de Janeiro, da solenidade de posse da nova diretoria da Câmara de Comércio Americana para o Brasil (Amcham), proferindo uma palestra sobre o tema “O Congresso Nacional e as Reformas de Base”. Renan disse que o Congresso não vai deixar de votar as leis necessárias ao país por causa das eleições que serão realizadas este ano.

– A grande tarefa a ser cumprida é a criação de condições para que o Brasil cresça de forma sustentada. Temos de atrair investimentos na área de infra-estrutura, diminuir os juros e o tamanho da dívida pública. Temos que reduzir a carga tributária a níveis civilizados – assinalou.

Renan destacou a necessidade de atrair investidores internacionais com a garantia da segurança jurídica que está incluída na reforma do Judiciário. Observou que essa reforma poderá garantir uma Justiça mais rápida e eficaz para todos.

Ele ressaltou ainda a aprovação pelo Senado da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a tramitação das medidas provisórias. Ele afirmou que são as MPs que emperram e comprometem o trabalho do Legislativo, chegando a trancar 65% das sessões do Senado em 2004.

Renan Calheiros defendeu também a conclusão, ainda este ano, da reforma tributária, aprovada há dois anos pelo Senado e atualmente tramitando na Câmara. Para ele, os pontos principais dessa reforma são a redução do número de tributos para apenas sete e a implementação de uma legislação única para o ICMS em todo o país.



Renan destaca projetos aprovados pelo Senado

Igualmente aprovada pelo Senado há dois anos, a reforma política é outra preocupação de Renan.

– A aprovação de uma reforma política ampla, capaz de resgatar a legitimidade e a força de nossos partidos e de garantir maior transparência ao processo eleitoral, é outra preocupação. A reforma, aprovada no Senado há dois anos, ainda não foi votada pela Câmara. Mas já conseguimos um avanço no sentido de reduzir os gastos de campanha e aumentar o controle sobre as contas eleitorais – explicou.

O senador ainda destacou o projeto que elaborou em parceria com o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e apresentou na semana passada, que prevê uma mudança radical no mercado de câmbio ao permitir a movimentação de contas em dólar e acabar com a exigência de cobertura cambial para as exportações.

Hoje, um balanço das atividades

Hoje, durante a última sessão da convocação extraordinária, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá fazer um balanço das atividades no período. Além disso, por conta do fim da convocação, ontem foi um dia diferente dos demais: a sessão foi deliberativa quando, normalmente, a segunda-feira é destinada apenas aos debates parlamentares, não havendo votações.

Também está prevista para hoje, às 12h30, a promulgação da emenda constitucional proveniente da proposta de emenda à Constituição (PEC) 08/06, que acaba com a remuneração extra dos parlamentares durante o período de convocação e reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar dos deputados federais e senadores. A PEC estipula dois períodos de recesso: de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 a 31 de julho, totalizando 55 dias. Pelas regras atuais, o recesso vai de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, num total de 90 dias.

Também será promulgada e emenda constitucional originária da PEC 4/02, que põe fim à exigência de verticalização nas coligações partidárias, e a PEC 07/06, que autoriza a administração pública a contratar, mediante processo seletivo público, em vez de concurso, agentes comunitários de saúde.

Amanhã será realizada sessão solene do Congresso, às 16h, para a inauguração da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A sessão será presidida por Renan Calheiros e contará com a presença dos presidentes da Câmara, deputado Aldo Rebelo, e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim.

Ponte vai unir Guiana Francesa ao Amapá

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo 128/06, com origem na Câmara dos Deputados, que contém o acordo assinado entre o Brasil e a França com vistas à construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa ao estado do Amapá. A aprovação do acordo foi defendida pelo senador José Sarney (PMDB-AP) como uma importante obra para o estado.

Também foi aprovado requerimento transferido para hoje a votação do Projeto de Lei da Câmara 142 que trata da repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O projeto está em regime de urgência.



Segundo Gilvam, as negociações foram iniciadas em 2000

Gilvam destaca obras no rio Oiapoque

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) classificou como “alvissareira” a aprovação pelo Plenário do PDL 128/06, que trata da construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o estado do Amapá à Guiana Francesa. Segundo informou, as negociações foram iniciadas em 2000.

Ele comentou que a ponte será construída com recursos dos dois países e que já há cerca de R\$ 19,4 milhões previstos para a obra no Orçamento da União. E destacou ainda o empenho do senador José Sarney (PMDB-AP) para a tramitação rápida da proposta no Senado.

Alberto Silva pede criação de órgão para biocombustível

Alberto Silva (PMDB-PI) disse, em Plenário, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa criar um organismo voltado para a produção de combustível alternativo. Ele argumentou que a Petrobras, “com problemas de prospecção, de condução da política do petróleo e do gás, não terá condição de fazê-lo”.

O senador rebateu o argumento de que a produção de biocombustível irá ocupar terras que poderiam ser destinadas à produção de alimentos. Ele afirmou que o seu estado, por exemplo, tem condições de abastecer cinco ou seis usinas de 600 mil metros cúbicos de álcool por ano, o que levaria a uma produção de 4 bilhões de litros de álcool.



Produção de combustível alternativo não prejudica alimentos, afirma Alberto Silva

Pavan defende a duplicação das rodovias federais

Leonel Pavan (PSDB-SC) clamou o governo a realizar a duplicação das rodovias do país, em especial as BRs-282 e 470, por onde transita a produção de Santa Catarina. O senador disse que a operação tapa-buracos é uma obra eleitoreira, inadequada para resolver o problema das estradas brasileiras.

Pavan citou dados segundo os quais foram registrados no estado 2.007 acidentes em janeiro e 707 em fevereiro, resultando em 78 mortos em janeiro e 34 em fevereiro, e mais de 1.600 feridos nos dois meses.



Pavan alerta para grande número de acidentes ocorridos este ano em SC

Alfredo Nascimento deverá ser questionado, entre outros pontos, sobre o fato de o governo federal estar mobilizando, no trabalho, empresas sob investigação do TCU



Obras emergenciais nas rodovias, sem licitação e no período de chuvas, ao custo de R\$ 440 milhões, são objeto de críticas da oposição

Ministro participa hoje de debate sobre a operação tapa-buracos

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa da Silva, comparecem hoje ao Senado para prestar esclarecimentos sobre o programa de obras de emergência nas rodovias federais. A audiência, prevista para as 10h, é promovida conjuntamente pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Na chamada operação tapa-buracos, o governo estaria mobilizando empresas contratadas sem licitação, entre as quais empreiteiras que se encontram sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) por terem

superfaturado obras de restauração e conservação de rodovias. É o que assinala o líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), autor de um dos requerimentos da audiência.

Para José Jorge, é preocupante empregar R\$ 440 milhões em obras classificadas como “paliativas”, para durar entre seis meses e um ano, como teria sido admitido pelo próprio ministro dos Transportes.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e César Borges (PFL-BA), que subscrevem outro requerimento, manifestam inquietação com o fato de o programa ter sido deflagrado em condições emergenciais e durante a estação chuvosa, em pleno ano eleitoral.

Antes da audiência, a CAE deve analisar, às 9h30, duas propostas. A primeira é o projeto da Câmara (PLC 51/04) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para facilitar as doações aos fundos em favor dos menores, com direito a dedução do Imposto de Renda.

O outro projeto, oriundo da Câmara, trata da renegociação de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O PLC 142/05, que depende também de exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), já conta com requerimento para votação em regime de urgência pelo Plenário do Senado. A audiência será realizada na sala de reuniões da CAE.

Haddad discute em audiência criação do Fundeb

A proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) será discutida hoje, a partir das 10h, em audiência pública da Comissão de Educação (CE). O debate contará com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, convidado em requerimentos apresentados pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

A criação do Fundeb é objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 536/97, aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados no início do mês. No Senado, a matéria será inicial-

mente analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário, onde passará por dois turnos de votação. Se aprovada pelos senadores por dois quintos dos votos nas duas votações, será enviada à promulgação pelas Mesas da Câmara e do Senado.

A intenção dos autores dos requerimentos da audiência é envolver no debate a Comissão de Educação, que, regimentalmente, não apresenta parecer às propostas de emenda à Constituição. Como sustenta Cristovam Buarque no pedido de realização da audiência pública, a CE é o “foro mais competente” para se discutir a criação do fundo.

Esse instrumento vai substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Além do ensino fundamental, o novo mecanismo beneficiará a educação infantil e o ensino médio, durante o período de 14 anos.

O Fundeb deverá atender a aproximadamente 47 milhões de alunos da educação básica, com recursos oriundos da União, dos estados e dos municípios. A proposta que institui o fundo encontra-se na Comissão de Justiça, onde tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE).

Pleito dos policiais de Roraima tem o apoio de Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou, em discurso, solidariedade e apoio aos policiais civis e militares, e aos integrantes do corpo de bombeiros de Roraima. O senador explicou que sua atitude se deve ao fato de que, na semana passada, esses profissionais teriam sido humilhados por “manobra patrocinada pelo governo estadual” para obstruir a votação de um projeto que definia mudanças na remuneração das categorias.

– Depois de entendimento feito, no momento da votação, o que se viu foi a retirada do Plenário dos parlamentares ligados ao governo, o que inviabilizou o exame da matéria – assinalou Romero Jucá.



Romero Jucá lamenta obstrução da base do governo estadual a projeto

João Ribeiro registra homenagem da UFT a parlamentares

João Ribeiro (PL-TO) registrou ontem homenagem prestada a representantes do seu estado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Foram homenageados, além de João Ribeiro, os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB); e os deputados Darci Coelho, Osvaldo Reis, Kátia Abreu, Pastor Amarildo, Ronaldo Dimas, Eduardo Gomes, Maurício Rabelo e Homero Barreto. Eles receberam medalhas de honra ao mérito pelo apoio dado à instituição por meio de verbas ao Orçamento.



João Ribeiro destaca empenho da bancada por verbas à instituição

CPI dos Bingos retoma caso Celso Daniel e suspeitas de caixa dois

A CPI dos Bingos volta a reunir-se nesta semana para discutir dois assuntos que estão sendo investigados desde a sua instalação, em junho de 2005: supostas ligações de donos de casas de bingo com o crime organizado – além da participação deles, via uso de caixa dois, em campanhas eleitorais – e a morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel.

Hoje, presta depoimento à CPI o presidente da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin), Olavo Sales da Silveira, que deve ser questionado sobre denúncias de que os proprietários de casas de bingo de São Paulo contribuíram, em 2002, para a campanha eleitoral do presidente Lula com cerca de R\$ 1 milhão. A direção do PT nega as acusações. A reunião está marcada para as 12h30.

Amanhã, em reunião prevista

para começar às 10h30, a CPI ouve o empresário Rui Manuel Mendes Francisco. Ele é acusado de ter ligação com casas de bingo para fazer lavagem de dinheiro, além de suspeito de ser o elo entre as campanhas eleitorais e os recursos provenientes dessas empresas de jogos. Quer dizer: formação de caixa dois na política.

Na quinta-feira, fechando os depoimentos da semana, a CPI recebe o procurador José Pedro Taques, do Ministério Público de Mato Grosso, e o juiz Julier Sebastião da Silva, titular da 1ª Vara Federal, também de Mato Grosso. Eles irão falar sobre a mais recente linha de investigação na apuração da morte de Celso Daniel: a possível participação de João Archanjo Ribeiro – o Comendador – no brutal assassinato do prefeito, ocorrido em janeiro de 2002.

Célio Azevedo



Caso sejam aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projetos serão apreciados ainda hoje pelo Plenário

Loteria para ajudar times de futebol está na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcou para hoje, a partir das 9h30, reunião destinada a votar os últimos projetos de sua competência com deliberação prevista para o período de convocação extraordinária do Congresso. Se aprovadas, as proposições devem ser apreciadas pelo Plenário ainda na tarde de hoje.

Entre elas, está o projeto de lei

da Câmara, de autoria do Poder Executivo, que cria a Timemania – loteria destinada a ajudar os times de futebol a quitar dívidas junto ao governo e a possibilitar o desenvolvimento do futebol brasileiro (PLC 143/05).

A proposta, que já foi aprovada pela Câmara, havia sido enviada ao Congresso na forma de medida provisória e foi reapresentada como projeto de lei para permitir

maior debate sobre o assunto. De acordo com o projeto, o concurso de prognóstico denominado Timemania vai permitir aos clubes de futebol parcelarem em até 120 meses os débitos vencidos até 30 de setembro de 2005 junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, à Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Regras eleitorais mais rígidas devem ser votadas hoje

Duas propostas que têm como primeiro subscritor o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e que se baseiam em sugestões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também estão na pauta da CCJ.

O Projeto de Lei 391/05 estabelece que tanto o julgamento das contas dos candidatos eleitos como a divulgação de seu resultado devem ocorrer antes da diplomação. Se as contas de campanha forem rejeitadas por conduta dolosa (com intenção criminosa), o candidato eleito ficará impedido de ser diplomado ou estará sujeito à perda do mandato. De qualquer forma, assegura-se a possibilidade de reabertura do processo de prestação de contas, a qualquer tempo, a pedido do Ministério Público, de partido político ou do próprio candidato, sendo, nesse último caso, apenas para fins de retificação de dados.

Já o PLS 392/05, sobre incentivos fiscais a doações a partidos políticos e candidatos, prevê que, no caso das empresas, as doações

ficariam limitadas a 2% do lucro operacional. Seria exigido ainda que fossem realizadas apenas por cheque nominativo ou por transferência bancária, em contas bancárias específicas, abertas segundo instruções expedidas pelo TSE. Já os cidadãos poderiam passar a fazer doação de recursos a partidos e a candidatos pela introdução de dispositivo na lei que rege o Imposto de Renda Pessoa Física. Continuariam proibidas, entretanto, doações de entidades públicas ou sindicais, concessionário ou permissionário de serviço público, instituições e governos estrangeiros.

Outro projeto que deve ser analisado pela CCJ hoje altera a Lei das Inelegibilidades (Lei 64/90) para torná-la mais rigorosa. Pela proposta (PLS 390/05), é inelegível para qualquer cargo quem tiver contra si representação julgada pela justiça federal, em decisão que tenha esgotado a competência dos órgãos previstos na Constituição federal.

Senadores analisam projeto sobre gás natural

Está previsto ainda para ser votado na CCJ o projeto de lei do Senado que institui o marco regulatório para o setor de gás natural (PLS 226/05). A proposta estabelece, segundo o autor, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), uma política de gás natural mais adequada para o Brasil.

O projeto institui o Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongás), que tem por objetivo promover o uso eficiente dos gasodutos de transporte e unidades de armazenagem de gás natural para aumentar a confiabilidade do sistema e a eliminar condutas discriminatórias. A Ongás terá como associadas as empresas titulares de concessão ou autorizadas a operar o serviço de gás natural, além de empresas usuárias de gás natural, que formarão a assembléia geral do órgão.

José Cruz



Senadores querem aprofundar investigações que vêm sendo feitas pela comissão

Voto de pesar pelo falecimento do radialista Nicolau Tuma

O Plenário do Senado aprovou, no início da noite de ontem, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do radialista e ex-deputado federal Nicolau Tuma, falecido no último sábado aos 95 anos de idade. De autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), primo de Nicolau, o requerimento foi subscrito pelos senadores José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flávio Arns (PT-PR), que também lamentaram, da tribuna, o falecimento do radialista. O requerimento solicita ainda que o Senado preste condolências e leve ao conhecimento da família o voto de pesar. O presidente da Casa, Renan Calheiros, que presidia a sessão, solidarizou-se com o

pesar dos senadores.

Nicolau exerceu três mandatos de vereador (1947, 1951 e 1955), três de deputado federal (1958, 1962 e 1966) e presidiu o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Segundo a justificativa do requerimento, Nicolau foi um dos pioneiros do rádio no Brasil e o locutor que leu, em 9 de julho de 1932, na Rádio Record de São Paulo, a proclamação inicial da Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1945, Nicolau participou da campanha civilista pela redemocratização e foi eleito vereador em São Paulo, pela UDN, sendo reeleito duas vezes. Em 1958, elegeu-se deputado federal pela primeira vez e destacou-se na elaboração dos primeiros Código Nacional de Trânsito e Código Brasileiro de Telecomunicações.

Oposicionistas lembram a eclosão do caso Waldomiro Diniz, em 13 de fevereiro de 2004. Para Suplicy, erros não podem ser estendidos a todos os petistas

Festa pelos 26 anos do PT gera polêmica em Plenário

Os erros atribuídos ao Partido dos Trabalhadores são comuns a outros partidos, observou ontem o senador Eduardo Suplicy. Ele garantiu que o PT vai superar a fase atual e retomar seus compromissos históricos, como a luta pela justiça social, a democracia e

a ética. Parlamentares de oposição lembraram em Plenário que o dia escolhido pelo partido para celebrar seus 26 anos de fundação coincide com a data em que foram divulgadas denúncias contra o então assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, flagrado cobrando propina de empresário

de jogos de bingo, dois anos atrás. Para José Agripino, Alvaro Dias e Antero de Barros, o dia 13 de fevereiro é marcado pela impunidade. Já Almeida Lima criticou o uso que membros do governo têm feito da palavra República, e Mão Santa condenou as mudanças de rumo no PT.

Lula mudou de rumo ao chegar ao poder, critica Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) usou declarações de Frei Betto publicadas na imprensa para criticar as mudanças de rumo adotadas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da conquista do poder.

De acordo com o senador, Frei Betto registrou o aniversário de 26 anos do PT afirmando que Lula foi picado pela mosca azul e, embevecido pelo cargo, adota a mesma política neoliberal do seu antecessor, Fernando Henrique, “esquecendo-se que era um socialista antes de ser presidente da República”.

Alvaro cobra punição aos envolvidos no caso Waldomiro

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o dia 13 de fevereiro é marcado pela impunidade, uma vez que completa dois anos da reportagem da revista *Época*, denunciando o então assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz, por corrupção. Ele também relacionou a data com o aniversário de 26 anos do Partido dos Trabalhadores.

– Passado dois anos, nem Waldomiro nem os outros acusados respondem a processo na Justiça. Waldomiro continua flinando em Brasília e, ao que consta, sem emprego. Vive de quê? Do silêncio? – questionou ele.

José Agripino



Jantar coincide com data da denúncia de cobrança de propina

Dois anos após o estouro do escândalo Waldomiro Diniz, então assessor da Casa Civil da Presidência da República, acusado de cobrar propina do empresário de jogos de bingo Carlinhos Cachoeira, o Partido dos Trabalhadores (PT) resolveu escolher a mesma data em que a denúncia veio a público, 13 de fevereiro, para realizar jantar em comemoração a seus 26 anos de fundação. A coincidência foi apontada em Plenário pelo líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), para quem “essa pajelança [a festa do PT] é um acinte à impunidade”.

Segundo o pefelista, o evento também teria como objetivo levantar R\$ 1 milhão em fundos para campanhas petistas. Ao comparar essa meta com a dívida de cerca de R\$ 50 milhões assumida pelo partido, Agripino disse que serão necessárias 50 festas para que o débito seja saldado.

– Esses R\$ 50 milhões são uma marca viva do PT, uma mancha que o partido não consegue apagar – afirmou.

Antero de Barros



13 de fevereiro: dia nacional da impunidade

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) lembrou em Plenário o segundo aniversário da publicação, pela revista *Época*, das denúncias de corrupção contra o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. No mesmo dia se comemora o aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Para o senador, o 13 de fevereiro pode ser considerado o “dia nacional da impunidade”.

– Dois anos depois, ninguém foi punido. A Polícia Federal iria investigar Waldomiro Diniz. Até hoje nenhuma conclusão. A Polícia Federal tem feito serviços importantes à nação, quando não entram interesses do governo brasileiro – afirmou.

Antero defendeu a convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pela CPI dos Bingos para que explique o suposto uso político da Polícia Federal.

– O ministro da Justiça é o maior organizador da defesa do PT. Ele está se lembrando dos tempos em que era advogado criminalista – acusou o senador.

Eduardo Suplicy



Partido vai retomar seus compromissos históricos

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem discurso em homenagem aos 26 anos do Partido dos Trabalhadores. Respondendo às críticas que vêm sendo feitas à agremiação, ele observou que os erros atribuídos ao PT são comuns a outros partidos.

O senador disse reconhecer que alguns erros têm sido cometidos pelo partido, mas que não podem ser estendidos a todos os membros do PT. Garantiu que o partido vai superar a atual fase e retomar seus compromissos históricos, como a luta pela justiça social, a democracia e a ética.

Com relação à justiça social, ele defendeu os programas sociais adotados pelo governo Lula e afirmou que eventuais irregularidades estão sendo investigadas por determinação do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

O parlamentar defendeu ainda a instituição de um programa de renda mínima para todos os brasileiros, de maneira que fiquem desnecessários os controles burocráticos hoje utilizados.

Almeida Lima



"Estão praticando a República do PT, a coisa *nostra*"

Em virtude das comemorações do aniversário de 26 anos do PT, Almeida Lima (PMDB-SE) fez várias críticas ao partido, principalmente no tocante ao uso da palavra república pelos seus filiados e membros do governo. Ele explicou que república quer dizer coisa pública – de todos – e que, a seu ver, o PT não faz jus à palavra. O senador criticou declaração do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, segundo ele, afirmou que a Polícia Federal faz “uma investigação republicana”.

– República. Essa é a mais nova expressão utilizada pelos prósperos do PT: atuação republicana, investigação republicana, coisa nenhuma. República, do latim, quer dizer coisa pública, de todos. O que os senhores do PT estão praticando é a República do PT, a coisa *nostra* – ressaltou.

Almeida Lima declarou-se um senador de oposição e aconselhou o PT a aproveitar a data para mudar de rota, com atitudes democráticas, progressivas e que venham atender ao coletivo.



Falta de chuva por mais alguns dias causará morte do gado, alerta Garibaldi

Garibaldi chama a atenção do governo para seca no Nordeste

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez ontem um apelo ao governo federal a fim de que sejam feitos preparativos para ações emergenciais caso venha a ocorrer um período de seca nos estados nordestinos. O parlamen-

tar afirmou que, se não chover na região até o carnaval, o número de mortes de animais de criação deverá aumentar.

– O que preocupa é que o gado poderá, em pouco tempo, estar morrendo de fome, e em maior

quantidade. É por isso que os prefeitos já estão pedindo para o governo federal disponibilizar alimento para os animais, até mesmo bagaço de cana – disse Garibaldi.

O senador pelo Rio Grande do

Norte cobrou também do governo ações mais eficazes, e estruturais, no combate à seca na região. Em sua opinião, o tradicional serviço de fornecimento de água por meio de carros-pipa não é suficiente para enfrentar o problema.

Antonio Carlos comenta matéria da *Folha de S. Paulo* – contestada por Tião Viana – que aponta privilégio na liberação de verbas a aliados do governo

ACM aponta suposto favorecimento de Lula a governos aliados

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apontou ontem, em Plenário, suposto favorecimento pelo Executivo a governadores aliados na distribuição de verbas de investimento, aplicadas por meio de convênios com estados em 2005.

Citando matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, ele considerou como retaliação política o fato de seu estado – cujo governador é do PFL – ter recebido apenas 4% das verbas de investimento liberadas no ano passado, ficando em 24º lugar entre os 27 estados brasileiros.

– É assim que se faz retaliação. Isso se deu porque temos [na Bahia] um governador decente que não fica bajulando o poderoso governo de hoje, mas que será o derrotado de amanhã – disse.

Antonio Carlos criticou também a transferência de R\$ 109,9 milhões de recursos federais ao governador do Acre, Jorge Viana, irmão do senador Tião Viana (PT-AC). Esse montante, de acordo com a matéria da *Folha*, deu ao estado do Acre a primeira posição no recebimento dos investimentos federais.



Antonio Carlos considera retaliação o fato de a Bahia receber 4% dos investimentos

Petrobras

Rebatendo argumentação de Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos negou que o atingimento pela Petrobras da auto-suficiência na produção de petróleo tenha sido uma conquista exclusiva do governo Lula. Ele lembrou que a meta da auto-suficiência já estava prevista desde o governo Fernando Henrique Cardoso e só não foi alcançada na época devido a cortes na produção.

Em apartes, José Agripino (PFL-RN), Romeu Tuma (PFL-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o pronunciamento de Antonio Carlos.

Tebet pede mais recursos federais para Mato Grosso do Sul

Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo mais recursos federais para Mato Grosso do Sul. Ele afirmou que, embora o governador do seu estado seja do mesmo partido que o presidente da República, o Partido dos Trabalhadores, aquela unidade da Federação tem sido abandonada no tocante a recursos orçamentários.

– Foi publicado que o governo só ajuda os governadores da sua base. Não vejo dessa forma. O governador José Orcino dos Santos [Zeca do PT] vem a Brasília e não leva nada. Lá não se conclui uma obra por falta de recursos – protestou o senador, ressaltando que o governador não tem culpa de que nem mesmo aqueles créditos aprovados por meio de emendas de bancadas sejam liberados.

Tebet lembrou que o estado passa por uma crise econômica séria, causada pela febre aftosa. Ele informou



Segundo Tebet, governo liberou apenas R\$ 38 milhões para o estado

que o maior frigorífico do estado foi desativado, desempregando cerca de 3 mil pessoas, e que os produtores rurais enfrentam dificuldades para pagar suas dívidas.

– Onde está o BNDES quando é preciso? Onde estão os recursos do Fundo Centro-Oeste? – indagou, dizendo que o governo liberou até agora apenas R\$ 38 milhões para o estado, “quantia irrisória”.



Heráclito diz que cadeia de segurança máxima é a única obra que o Piauí recebeu

Heráclito: dinheiro não chega ao Piauí

Em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que momentos antes havia comentado matéria da *Folha de S. Paulo* sobre os repasses de recursos federais aos estados – supostamente privilegiando os governos petistas –, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o dinheiro anunciado não chega ao Piauí, uma vez que as obras prometidas pelo governador não foram realizadas. Segundo a matéria, o Piauí, cujo governador é Wellington Dias, do PT, seria o terceiro estado com maior liberação de recursos da União; o primeiro seria o Acre, também governado pelo PT.

– Até a estatística deste governo é confusa. O dinheiro deste governo é como a linha do horizonte, você sabe que existe, vê, mas nunca alcança. O governo, para mostrar que está ajudando os estados, contabiliza verbas oficiais, constitucionais, contabiliza tudo – declarou.

O senador pelo Piauí cobrou as obras prometidas pelo governador do estado e não realizadas: quatro barragens, três usinas, gasodutos, viadutos e centro de convenções. Para ele, Wellington Dias só conseguiu fazer algumas estradas graças aos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

– A única obra para o Piauí foi uma cadeia de segurança máxima – disse Heráclito.

Tião Viana contesta informação da *Folha* sobre privilégios

O senador Tião Viana (PT-AC) sustentou da tribuna, em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que a reportagem de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, apontando supostos privilégios dos governos petistas na distribuição de verbas federais, “não mostra a realidade”. Afirmou que os números da reportagem “não são adequados” por não incluírem gastos com saúde e educação.

Tião Viana informou que o Acre, governado por seu irmão, Jorge Viana (do PT), recebeu mais verbas no último governo de Fernando Henrique Cardoso do que no primeiro ano da administração do presidente Lula.

O senador do Acre citou várias obras do governo federal em estados administrados por não-petistas que superam em muito os valores do Acre. Ponderou que São Paulo recebeu no ano passado R\$ 513 milhões, Minas Gerais R\$ 489 milhões, enquanto ao Acre couberam R\$ 120 milhões. Mencionou ainda que a União vem investindo maciçamente nos aeroportos de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Maceió e de Uberlândia (MG).



Tião Viana afirma que números da reportagem “não são adequados”

– No Espírito Santo, estão em curso investimentos repassados pela União que somam 700 milhões de reais. Há poucos dias, só uma obra de uma subestação [de energia] no Espírito Santo recebeu 120 milhões de reais. Esse dinheiro não entra na planilha feita pela *Folha de S. Paulo* – argumentou.

Tião Viana ressaltou que o Acre, por ainda não contar com um setor privado forte, apresenta grande dependência em relação ao Orçamento da União. Por isso, afirmou, os deputados e senadores do seu estado “passam as noites” na Comissão Mista de Orçamento lutando por mais verbas federais.

César Borges cobra renegociação de dívidas de produtores rurais

Preocupado com a situação dos produtores rurais nordestinos, em virtude da seca, o senador César Borges (PFL-BA) apelou ontem aos senadores para que aprove o projeto que renegocia dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O senador também cobrou a adoção de políticas públicas capazes de manter o produtor rural em sua atividade, apesar das diversidades climáticas do Nordeste, com o desenvolvimento de pesquisas para agricultura adaptada ao semi-árido.

Em aparte, Fernando Bezerra (PTB-RN) anunciou que hoje irá reunir-se com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) e o próprio César Borges para discutirem a votação do projeto (PLC 142/05). Fernando Bezerra deu



César Borges defende o desenvolvimento de pesquisas para agricultura no semi-árido

parecer favorável ao projeto, como relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposição, que ainda será examinada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), já consta da pauta da CAE, com requerimento aprovado para exame em urgência pelo Plenário. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) também manifestou apoio ao projeto.

Solenidade foi proposta por Paulo Paim, que defendeu a atualização das aposentadorias e pensões pelo número de salários mínimos correspondente

Senadores homenageiam aposentados e pensionistas

O Senado realizou ontem sessão em homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, por requerimento de Paulo Paim (PT-RS). A reunião foi aberta com a execução do Hino Nacional pelo tecladista Paulo Hahon e pela cantora Sônia de Menezes Lyra.

Na ocasião, os parlamentares trataram de temas como a reforma da Previdência (Emenda Constitucional 41/03), o repasse dos reajustes do salário mínimo a aposentadorias e pensões, a fiscalização do cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), o papel dos aposentados no

sustento de várias famílias brasileiras, fraudes na Previdência, e o crédito consignado, modalidade de financiamento em que as parcelas são descontadas diretamente do benefício previdenciário e que pode causar grande comprometimento da renda mensal do aposentado ou pensionista.

Paulo Paim



Paridade entre aposentados e ativos

Paulo Paim (PT-RS) pediu a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 58/03) de sua autoria que estabelece a atualização do valor das aposentadorias já pagas pela Previdência Social, tornando-as equivalentes ao número de salários mínimos pagos aos trabalhadores no tempo em que se aposentaram.

Ele também defendeu o fim do fator previdenciário, uma fórmula aplicada ao cálculo da aposentadoria – levando em conta expectativa de vida, tempo de contribuição e outros critérios – que geralmente reduz o seu valor.

O senador manifestou ainda sua discordância com a afirmação de que há déficit na Previdência Social. Em sua opinião, é possível conceder aos aposentados o mesmo reajuste dos salários dos servidores da ativa, desde que se combatam as fraudes com rigor.

Ramez Tebet



Alerta contra riscos de empréstimos

Os empréstimos com desconto diretamente no benefício do segurado da Previdência podem desequilibrar a situação financeira de aposentados e pensionistas, alertou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

– Um cidadão me disse que a média de juros que o banco cobra nessa modalidade de crédito é de 3,9%. Se existir algum aposentado que tenha conseguido fazer economia, nunca receberá essa mesma taxa na aplicação do seu dinheiro, para que ele não se desvalorize – comparou.

O senador também criticou o fato de os reajustes do salário mínimo não serem, geralmente, repassados às aposentadorias e pensões. Tebet defendeu ainda o cumprimento do Estatuto do Idoso e garantiu que jamais negará um voto a projetos que procurem minorar as injustiças sofridas pelos aposentados.

Alvaro Dias



Reforma desrespeitou direitos

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse considerar que a reforma previdenciária promovida pelo governo Lula no fim de 2003 foi eminentemente fiscal, “com gritantes inconsistências”, e que não enfrentou problemas estruturais do setor.

Na avaliação do senador, a reforma subtraiu direitos adquiridos historicamente pelos aposentados e pensionistas brasileiros.

Alvaro Dias afirmou que a Previdência é a maior conquista do homem no século 20, e foi concebida para assegurar a todos uma vida digna na velhice. Lamentavelmente, destacou, a Previdência brasileira foi “pilhada por sonegadores e roubada por quadrilhas”.

– Para a votação da reforma da Previdência alguns parlamentares foram subornados. A história do mensalão registra essa triste passagem – acrescentou o parlamentar.

Heloísa Helena



Política econômica esquece idosos

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a reforma da Previdência deveria ser anulada por não ter base jurídica ou moral, uma vez que teria sido aprovada em troca dos recursos do chamado mensalão.

Heloísa disse considerar muito oportuna a homenagem na sessão de ontem, no momento em que se discute o aumento para o salário mínimo. Conforme a senadora, é importante observar a visão que os índios e os orientais têm do idoso e que seria uma alternativa à “visão implantada pelo capitalismo”, na qual as políticas econômicas têm posto de lado os mais pobres e idosos, em prol dos interesses dos poderosos.

– O encanto que há na experiência daqueles que estão na melhor idade está sendo destruído, e os mais jovens precisam entender o que estão perdendo – afirmou Heloísa.

Romeu Tuma



Defesa da correção de perdas salariais

Romeu Tuma (PFL-SP) convocou os demais senadores a tocarem uma “operação tapa-buracos” para corrigir as perdas salariais de quem já passou para a inatividade. Após afirmar ter lutado contra a retirada de direitos na última reforma da Previdência, o senador chamou a atenção para a importância dos vencimentos dos aposentados no sustento de muitas famílias brasileiras.

Ao se referir aos inativos, Tuma aproveitou também para destacar a difícil situação salarial de professores, cujos vencimentos, já baixos, se reduzem ainda mais com a aposentadoria. Em seguida, destacou a importância de se debater o projeto de lei sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que terá 60% dos recursos comprometidos com o pagamento de professores da ativa.

Efraim Morais



Governo é insensível aos aposentados

Para Efraim Morais (PFL-PB), o governo tem demonstrado insensibilidade com a situação dos aposentados e pensionistas brasileiros.

Efraim lembrou que a sobrevivência nas pequenas cidades depende dos aposentados, que, muitas vezes, asseguram o sustento da família.

O senador leu documento contendo as reivindicações da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionista sob o título “De Grão em Grão Quem Paga o Pato é o Aposentado”, que contesta a argumentação de que a seguridade social é deficitária.

Efraim afirmou que, “no Congresso, ainda existem homens e mulheres desajudando corrigir o erro que o governo vem cometendo contra os aposentados”. Ele ressaltou que, mesmo quando governista, sempre votou a favor dos direitos desses cidadãos.

Mão Santa



O que sustenta um país é a formação dos cidadãos pelos mais velhos

Segundo Mão Santa (PMDB-PI), o que sustenta um país é a formação educacional que seus cidadãos recebem de seus pais.

– Somos o que os mais velhos nos ensinaram – defendeu.

O senador fez a leitura

do testamento de sua mãe, em que ela dizia que, mais do que seus pertences, deixava de herança aos filhos sua fé, sua esperança e seu amor. Mão Santa citou William Shakespeare, segundo o qual “encontraremos a sabedoria quando

reunirmos a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos”.

Ele lembrou ainda que, após ser cassado pelo regime militar e ter perdido seus direitos políticos, o ex-presidente Juscelino Kubitschek afirmou que

a velhice é uma tristeza e que, desamparada, torna-se uma desgraça. O senador contou também a história do cirurgião Cândido Almeida Athaíde, da Santa Casa de Misericórdia do Piauí, que foi acusado pelo regime militar de ser co-

munista, sendo perseguido e afastado da Federação das Indústrias do Estado e da Faculdade de Medicina, onde lecionava. Ele não foi demitido da Santa Casa “pelo respeito que lhe tinham”, e trabalhou até os 94 anos.